

Aonde estamos. Para onde vamos

DOROTHÉA WERNECK

19 JAN 1996



A economia brasileira, após atravessar os anos 80 sem implementar uma estratégia clara para a retomada do desenvolvimento econômico, deflagrou, a partir do início dos anos 90, um amplo conjunto de mudanças e reformas destinadas a sentar as bases de um novo ciclo de expansão.

A liberalização do comércio exterior, a privatização de importantes empresas estatais, a eliminação do controle de preços, a formação do Mercosul, a criação de uma cultura industrial favorável à qualidade e à produtividade, juntamente com a implementação do Plano Real, são os elementos mais palpáveis desta fase, até o início do atual Governo.

Muitas das mudanças já realizadas estavam no rumo certo, mas eram insuficientes para sustentar a nova etapa de expansão, que exige aumento dos investimentos nacionais e estrangeiros, ambos decisivos para a renovação do parque industrial e o aumento da disponibilidade de infra-estrutura econômica e social. Consciente deste fato, o novo Governo concentra suas energias nas reformas requeridas, sem prejuízo das ações de curto prazo necessárias para o controle das pressões inflacionárias e de eventuais desequilíbrios nas contas externas.

Durante o primeiro ano da atual administração foram aprovadas as reformas constitucionais que flexibilizam os monopólios e eliminam discriminações às empresas estrangeiras que, ao lado da Lei de Concessões, são fundamentais para a atração de investimentos privados nacionais e internacionais, especialmente para os serviços públicos. Outras reformas importantes, como a tributária, a do Estado e a da Previdência Social, acham-se em exame no Congresso Nacional. A reforma da legislação trabalhista está em fase final de preparação.

Desde logo não cabe desconhecer a existência de problemas importantes nas áreas fiscal, de financiamento, de emprego e de balança comercial, que vêm sendo enfrentados nos limites dos instrumentos disponíveis e para os quais uma solução de fundo acha-se na dependência da conclusão e consolidação das reformas e do ingresso da economia em um novo ciclo de expansão.

É necessário salientar que a política de estabilização, ao conseguir reduzir a taxa de inflação para 14,7% a.a. em 1995, de acordo com o IGP-M, mostrou que o controle da inflação, um dos objetivos primordiais do atual Governo, foi possível, preservando o crescimento da economia.

O crescimento do produto interno bruto da economia em 1995 deve situar-se em torno de 4,0%, taxa nitidamente superior à observada nas economias industrializadas, o que constitui fato altamente positivo. Os crescimentos da economia e da indústria sofreram forte desaceleração no segundo semestre de 95, em consequência de medidas adotadas para evitar o aprofunda-

mento de desequilíbrios observados na balança comercial e a volta da pressão inflacionária. As estatísticas mais recentes, entretanto, já indicam uma reversão do processo, permitindo prever uma expansão em 1996.

O desempenho da balança comercial em 1995 esteve aquém do que o País precisa e pode manter a prazo mais longo. A nossa meta é dobrar o fluxo de comércio (exportações mais importações) até o ano 2000. Já mudamos o patamar das nossas exportações desde maio do ano passado, superando desde então o valor de US\$ 4 bilhões por mês. O valor total das exportações cresceu cerca de 6,8%, taxa menor do que a observada para o comércio mundial como um todo, numa indicação de que será necessário redobrar os esforços nesse campo. A maior cobertura do Proex para equalização das taxas de juros do financiamento às exportações, o impacto do Programa Novos Pólos de Exportação, o vigoramento do seguro às exportações, em fase de estudo, e a redução do "Custo Brasil", ao lado do aumento da eficiência da produção do País, deverão melhorar o desempenho das nossas exportações em 1996.

Quanto às importações, que apresentaram uma expansão atípica no ano de 1995, especialmente no período janeiro/junho, retornaram a níveis adequados no restante do ano, não evitando, entretanto, que o déficit anual alcançasse cerca de US\$ 3 bilhões. Os fatores determinantes do comportamento observado no primeiro semestre de 1995 acham-se sob controle, devendo ocorrer um superávit comercial em 1996.

O desemprego é certamente um dos problemas importantes com que o País se defronta. No ano de 1995 coincidiram três fatores desfavoráveis à expansão do emprego industrial: a desaceleração do ritmo de crescimento da produção, a partir do segundo trimestre de 1994, o avanço do processo de reestruturação industrial, e a pouca flexibilidade do mercado de trabalho. O ingresso do País em um novo ciclo de expansão, a implementação das reformas para dar maior flexibilidade ao mercado de trabalho e a intensificação das políticas de capacitação de mão-de-obra darão contribuição decisiva daqui por diante para me-

lhorrar a situação ocupacional do País.

Neste contexto o turismo adquire uma relevância ainda maior. Além de trazer divisas para o País e de ser o setor que mais cresce no mundo, sabemos que é insuperável a sua capacidade de gerar empregos e distribuir renda.

Uma avaliação criteriosa das perspectivas da economia brasileira para os próximos anos não deve, por certo, desconhecer os problemas que deverão ser enfrentados e, em especial, a prioridade dada à estabilização dos preços. As ações do Governo estarão voltadas para garantir as reformas estruturais necessárias, especialmente para a redução do "Custo Brasil".

As reformas da Constituição que o País vem realizando constituem-se em inovações fundamentais para a expansão dos investimentos privados nacionais e estrangeiros.

O regime para o desenvolvimento da indústria automotiva, recentemente aprovado, ensejará significativos investimentos neste segmento industrial, com profundas repercussões em toda a estrutura produtiva do País. Nos últimos meses nada menos do que cinco novas montadoras — Renault, Mercedes-Benz, Hyundai, Asia Motores e Honda — já anunciam a intenção de investir no Brasil. Algumas outras empresas estudam projetos para o País. Por seu turno, as empresas já instaladas — Volkswagen, Fiat, General Motors e Ford — estão também ampliando seus investimentos no Brasil.

Os significativos aumentos observados em 1995 nas importações e na produção de bens de capital, por sua vez, indicam que a capacidade de produção está crescendo e atualizando-se tecnologicamente. Além disso, são bastante promissoras as intenções de investimento de 74 entre as maiores empresas estrangeiras do País para os próximos cinco anos, alcançando a cifra de US\$ 28 bilhões, uma média anual de US\$ 5,6 bilhões.

Há razões de sobra, portanto, para encarar os próximos anos com otimismo. Os problemas existentes estão sendo enfrentados e os resultados positivos já podem ser vistos.

■ Dorothea Werneck é ministra da Indústria, do Comércio e do Turismo